

UMA ANÁLISE DO LIBERALISMO EM TEMPOS DE PANDEMIA DO CORONAVÍRUS: A EXPOSIÇÃO DO ESTADO DE MAL-ESTAR SOCIAL

Juan Filipe L. Magalhães

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Mestre em História pela mesma instituição. Pós-Graduado pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em Gestão da Cadeira de Suprimentos e Logística; membro-pesquisador do Observatório do Trabalho na América Latina (OTAL); Professor da Faculdade Lusófona do Rio de Janeiro).

Resumo: O presente artigo busca realizar um breve mergulho na história da filosofia do pensamento liberal, em especial a partir das ideias de Thomas Hobbes, John Locke e Adam Smith, buscando sintetizar os principais conceitos e fundamentos. Buscamos demonstrar o modelo de Estado moderno baseado na lógica do liberalismo gera como consequência inevitável o surgimento de um Estado do Mal-estar social. Identificamos um paralelo entre a crise de 1929, quando as propostas de John Maynard Keynes salvaram o capitalismo do colapso, com o momento atual de pandemia do Coronavírus. No momento atual a ineficiência de um estado mínimo liberal em promover um bem estar fica amplamente exposto e líderes mundiais buscam medidas sociais democratas como solução para a crise, assim como foi feito a partir do final da segunda década do século XX. Apontamos ainda uma alternativa, mediante um padrão de comportamento coletivo pautado no conceito de ajuda mútua, cujo conceito foi cunhado pelo pensador russo Piotr Kropotkin e que contraria o individualismo liberal, demonstrando suas limitações teóricas e empíricas, seja no plano do Estado, seja no plano da sociedade.

Palavras-Chave: Estado do mal estar social, liberalismo, Estado moderno, crise do capitalismo, Coronavírus, Estado do bem estar social.

An analysis of liberalism in times of the Coronavirus pandemic: the exposure of the state of social malaise

Abstract: This article seeks to make a brief dive into the history of the philosophy of liberal thought, especially from the ideas of Thomas Hobbes, John Locke and Adam Smith, seeking to synthesize the main concepts and foundations. We seek to demonstrate

the modern state model based on the logic of liberalism as an inevitable consequence of the emergence of a state of social malaise. We identified a parallel between the 1929 crisis, when John Maynard Keynes' proposals saved capitalism from collapse, with the current Coronavirus pandemic. At the present time, the inefficiency of a minimal liberal state in promoting well-being is widely exposed and world leaders are looking for democratic social measures as a solution to the crisis, just as it was done from the end of the second decade of the 20th century. We also point out an alternative, through a pattern of collective behavior based on the concept of mutual aid, whose concept was coined by the Russian thinker Piotr Kropotkin and which contradicts liberal individualism, demonstrating its theoretical and empirical limitations, either at the state level or at the level of society.

Keywords: State of social malaise, liberalism, Modern state, crisis of capitalism, coronavirus, State of social welfare.

O filósofo, teórico político e matemático Thomas Hobbes (1588 -1679) publicou em 1651 a obra “O Leviatã”. Em sua tese, o homem no seu estado de natureza é um ser com vontades ilimitadas, impondo-se sobre outros homens pela força, dado o caráter maligno da sua essência. As propriedades não podem ser divididas ou compartilhadas, uma vez que o homem é o lobo do homem e a violência é amplificada para assegurar a conquista e a manutenção, explicitando uma característica permanente da violência do estado de natureza hobbesiano. O medo da morte violenta, dado o aspecto rigorosamente irreduzível de satisfação das necessidades humanas, aliada à igualdade entre os homens e à propensão de recorrência à violência uns contra os outros, cria um estado de insegurança e de imprevisibilidade.

Em Hobbes, a única maneira de trazer segurança aos homens, para que através de seu próprio trabalho e dos frutos da terra possam se alimentar e viver satisfeitos, é delegar todo o seu poder e força a um terceiro, reduzindo suas diversas vontades à vontade de um só, gerando um Leviatã a quem os homens devem sua paz e defesa. Autoridade do Estado concedida por cada indivíduo através de um pacto permite o uso do poder, da força e da coerção por parte do soberano. Com efeito, todos os súditos devem abrir mão de sua liberdade para assegurar a paz e a segurança de todos.

Uma vez que os Estados Nacionais já estavam legitimados, outra geração de filósofos vão se preocupar em definir seu papel, sua atuação e em alguns casos, seus

limites. O filósofo inglês John Locke (1632-1704) é considerado um dos grandes teóricos do liberalismo e do contratualismo. Defende a superação do chamado estado de natureza e a consolidação de uma unidade político-jurídica autônoma. Em suas obras fica evidenciado que os indivíduos deveriam delegar seu poder a um governo a fim de conservar sua liberdade e sua propriedade privada. Este argumento consiste na transferência de soberania dos cidadãos ao Estado que deve ser organizado mediante alguns critérios específicos que se confundem com as bases do pensamento liberal. Suas teses tornaram-se centrais entre os liberais sendo amplamente divulgada até os dias de hoje. Contudo é importante fazer algumas críticas a sua concepção de liberdade. Locke era um grande acionista da Royal Company of África e possuidor de escravos. Isso por si só evidencia o caráter minimalista deste conceito em seu pensamento e como facilmente defendia a lógica da propagação da exploração baseada em critérios raciais. Encontramos assim um problema na noção de liberdade, que é um pilar fundamental dentro liberalismo, que se dá já em seu nascimento: através de uma concepção minimalista.

Outro importante pensador da corrente liberal chama-se Adam Smith (1723-1790). Em sua obra “A Riqueza das Nações” (1776) ao observar o modelo de produção nas incipientes indústrias inglesas pode perceber que a divisão do trabalho era um fator fundamental no aumento da produtividade. Ao realizar a mesma tarefa ininterruptamente, o trabalhador disporia de maior destreza na produção, pois dominaria melhor determinada etapa do processo produtivo, atuando mais rápido e melhor, podendo ainda colaborar no aperfeiçoamento das técnicas de produção. O autor corrobora com a noção do individualismo dentro de sua concepção de economia. “Não é da benevolência do padeiro, do açougueiro ou do cervejeiro que eu espero que saia o meu jantar, mas sim do empenho deles em promover seu auto interesse (Smith, 1776)”. Sem dúvida, a Inglaterra contou com um grande aumento na sua produção industrial, em especial após a chamada Revolução Industrial. Mas a que custo social?

Além da sua preocupação com as fábricas, Adam Smith também se mostrou preocupado em pensar um modelo de gestão estatal baseado na lógica do liberalismo. Os indivíduos deveriam gozar de liberdade na cadeia produtiva e as chamadas leis da oferta e da demanda por si só, organizariam a economia. A concepção da existência de uma mão invisível do mercado ressaltava a necessidade clara, neste ponto de vista, de não intervenção do Estado nos assuntos econômicos. Daí em diante, muitos outros teóricos iriam reforçar essa ideia: Filósofos com John Stuart Mill, Ludwig von Mises dentre outros formariam a chamada escola de economia liberal.

Mediante esse breve mergulho filosófico é possível agora reunir algumas das principais características da teoria liberal no que se refere ao papel do Estado. Salvo diferenças pontuais entre um ou outro autor, de forma geral é possível identificar alguns pilares comuns como:

1) Igualdade jurídica entre os indivíduos - Aos olhos da lei, todos os indivíduos são iguais. Na realidade isso significa que um crime como roubo, por exemplo, continua sendo crime sendo cometido por um mendigo ou por um político do mais alto escalão. Contudo sabemos que quando um indivíduo mais pobre, quando acusado pelo Estado, é enviado ao sistema prisional e muitas vezes aguarda seu julgamento por lá. Por outro lado, quando o mesmo crime é cometido pelas camadas mais altas da sociedade, o poder de barganha empurra sua prisão apenas após um julgamento após algumas ou muitas instâncias judiciais. Neste sentido a igualdade jurídica apresentada no sistema liberal é amplamente desigual no plano empírico. Está limitada ao plano teórico uma vez que na prática a desigualdade social impede a consolidação desta premissa.

2) Não intervenção do Estado na economia - O Estado liberal rompe com a lógica intervencionista da época do Antigo Regime pautado nas ideias mercantilistas. Neste sentido a obra de Smith é uma ruptura com as correntes políticas anteriores que defendem uma ideia de um Estado absolutista, presente em Hobbes, restringindo as funções do Estado em diversos aspectos em especial na economia. A ideia da mão invisível do mercado e das forças produtivas exerceria a regulação do sistema econômico, excluindo a atuação e a participação do Estado reduzindo-o a um papel mínimo, que desenvolveremos abaixo.

3) Estado mínimo - Um Estado liberal tal qual desenhado por Locke não deve preocupar-se em garantir direitos sociais. Partindo da premissa de não intervenção, este modelo estatal não impõe aos patrões o pagamento de direitos sociais aos seus empregados. A tese de superação do chamado Estado de natureza de Hobbes e de Locke fica mais claro quando compreendemos que o papel do Estado se limita a proteger a vida (mas o que não inclui as camadas populares no plano empírico), e a proteger também a tão adorada propriedade privada (que apenas um parcela da sociedade possui), e que é sagrada aos olhos destes intelectuais. Nada, além disso, é considerado tema pertinente para ocupar as funções do Estado através da pauta liberal clássica.

O custo social desta tendência foi altíssimo no que se remete ao aspecto social. População pauperizada, desemprego em massa, inexistência ou poucos direitos sociais, divisão do trabalho como amplificador da desigualdade social, baixa expectativa de vida

causada pela subnutrição dada as limitações econômicas dos proletários e camponeses de conseguirem adquirir o mínimo de alimentos necessários para garantir as necessidades básicas alimentícias do corpo humano. Desenhava-se um cenário terrível para a maior parte da população e que vive na pele com as consequências da tão desigual política liberal gerando o que chamo de mal-estar social como política de Estado.

Após os horrores da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos consolidam o papel de maior economia mundial, até então ocupado pela Inglaterra. O crescimento exponencial nos anos de guerra levou a um aumento do investimento nas bolsas de valores. Momentos de euforia incentivaram ao aumento da demanda prontamente atendida pelo número crescente de empresas. A produção em massa de produtos de consumo duráveis é amplamente incentivada pelo American Way of Life, expressão maior da euforia dos tempos prósperos.

Contudo, no final da década de 1920, uma forte crise econômica atinge o novo coração do capitalismo e vai propagar as consequências por todo o globo. A especulação financeira e a superprodução geraram a crise da bolha do capitalismo. Se tínhamos por um lado, a economia e as fábricas produzindo em larga escala, com modelos de produção em massa pautados na divisão do trabalho tal qual pensado por Adam Smith, por outro não havia distribuição de renda suficiente para que a capilaridade social pudesse consumir seus produtos. Essa foi marca importante da chamada crise de 1929. Uma crise de riqueza de um lado, e extrema pobreza de outro. O modelo liberal proposto até então entrava em colapso com uma queda generalizada nas bolsas de valores de Nova Iorque.

Para melhor compreender este momento histórico precisamos mergulhar nas ideias de um teórico chamado John Maynard Keynes (1883-1946). Com uma visão diferenciada, Keynes se opôs as ideias liberais que os mercados livres garantiriam os empregos automaticamente. Adepto de uma política intervencionista do ponto de vista da economia, entendia que os Estados deveriam valer-se de medidas fiscais para minimizar os efeitos adversos do capitalismo e seus colapsos cíclicos recessivos. Temos assim uma ruptura com a premissa não intervencionista propostas por Smith e seu conceito de mão-invisível do mercado que não foi capaz de superar a crise de 1929 que se estende por todo o mundo. Essa nova plataforma econômica foi muito bem recebida pelos países chamados centrais, em especial nos EUA entre 1933 e 1937 durante o governo Roosevelt e na Europa Ocidental após a Segunda Guerra Mundial.

O que é preciso deixar claro para os adeptos das plataformas liberais é que Keynes salva o capitalismo do colapso com suas medidas. O professor do departamento de

Ciência Política da UFRJ, Wallace de Moraes aprofunda e explica estas razões. O Estado capitalista não é imune às pressões. Embora seu papel seja de garantir a reprodução do capital, por vezes, em função das lutas populares, ele pode assumir um papel reformista com relação à garantia da exploração de uma classe por outra. Por entender profundamente os conceitos de Welfare State, Moraes o denomina Estado Camaleônico para explicar sua fase social democrata. Como o capitalismo estava à beira do colapso, seus dirigentes camuflam a crise, provendo alguns direitos sociais. Após o período de ameaças, retoma seu caráter natural pautados em medidas impopulares, ou seja, a normalidade dentro do pensamento liberal. Buscando representar um movimento balizado em seu momento histórico, caracterizado pela pressão dos trabalhadores organizados por direitos, temos assim um recuo ideológico das classes proprietárias que culmina em mudanças da função do Estado, menos voltado para o mercado e atento as demandas sociais. Neste sentido o Estado chamado de bem estar social é algo específico, pontual e principalmente estratégico.

Sem dúvida, isso nos leva a outra reflexão. Se a pauta liberal se limita a igualdade jurídica, respeito aos contratos firmados garantindo a chamada segurança jurídica, a lógica da mão invisível, de não intervenção do Estado na economia e de total despreocupação com criação ou manutenção dos direitos sociais podemos concluir que o Estado liberal é desde sempre, um verdadeiro Estado do Mal estar social. Salvo em uma conjuntura fortuita, no período do Welfare State, sua pauta sempre foi a mesma máquina capaz de criar um mal-estar social para a massa da população. Após sua conjuntura específica, temos novamente um ressurgimento das ideias liberais com uma nova roupagem: a escola neoliberal.

Após compreensão de que as demandas populares recuavam e assim o capitalismo e a propriedade privada estavam novamente consolidados, temos um retorno das ideias liberais chamada agora de neoliberal. A obra de Robert Nozick busca justificar o Estado Mínimo e aponta o caráter moralmente injustificável de qualquer Estado que seja um pouco mais amplo. Sua obra busca justificar a existência de um Estado mínimo novamente, limitado as funções mais básicas como segurança jurídica e garantia da propriedade. Em sua tese, um Estado amplo e interventor, tal qual pensado por Keynes, por exemplo, violaria o direito de algumas pessoas (ao certo de uma elite) e que o Estado não pode usar de seus instrumentos coercitivos para obrigar que um indivíduo ajude o outro e que esta ajuda somente deve ocorrer se o indivíduo entender que seja algo de seu interesse ou para seu próprio bem na visão de Nozick. Em outras palavras temos uma

espécie de retomada de um individualismo já presente em Adam Smith agora proposto pelo autor.

“Um Estado mínimo, limitado às funções restritas de proteção contra a força, o roubo, a fraude, de fiscalização do cumprimento de contratos e assim por diante justifica-se; que o Estado mais amplo violará os direitos das pessoas de não serem forçadas a fazer certas coisas, e que não se justifica; e que o Estado mínimo é tanto inspirador quanto certo. Duas implicações dignas de nota são que o Estado não pode usar sua máquina coercitiva para obrigar certos cidadãos a ajudarem a outros e que não pode proibir atividades a pessoas que desejam realiza-las para seu próprio bem ou proteção (NOZICK, 1974)”.

Nesta conjuntura política que enfrentamos a pandemia do Coronavírus é importante atentar que o mundo liberal já vinha sofrendo alguns fortes golpes, em especial mediante iniciativas populares. Alguns eventos evidenciam a crise deste modelo como as insurreições em Chiapas (México 1994), a Batalha de Seattle (EUA 1999), a Comuna Oaxaca (México 2006), Los Piqueteros (Argentina 2001), manifestações contra a reunião do G8 em Gênova (Itália 2001), revoltas em Atenas e demais cidades (Grécia 2010–2012) Revolta do Vinagre (Brasil 2013), Os Coletes amarelos na (França 2019) dentre muitos outros. Temas como desemprego, concentração de renda, ausência de um sistema de saúde público e eficiente, ausência de investimentos em educação dentre outras demandas de natureza popular já eram demandadas. Sem dúvida, o vírus nos deve fazer refletir sobre a necessidade de retomar e atender estas demandas. A saúde do pobre também agora, mais do que nunca, interfere na saúde do rico. A plataforma liberal não é capaz sozinha de se sustentar neste momento. O Estado do mal-estar social sempre mostrou sua face, mas agora, assim como em 1929 mostra seus limites.

Ainda que imersas no ideário neoliberal, podemos identificar algumas formas e padrões de comportamento humano que podem e devem ser analisados e valorizados na construção de uma nova sociedade, que contrariam o individualismo de Adam Smith e de Robert Nozick. Para o autor russo Piotr Kropotkin, a pesquisa empírica (social e natural) se sobressai diante da meramente dedutiva e lógica dos liberais contratualistas. O darwinismo social que fertilizou o terreno ao estímulo da ideia de competição, na defesa de sua naturalidade, bem como na negação da possibilidade de igualdade econômica e social, sem a coerção do Estado é fortemente combatido com o conceito de ajuda mútua. A obra de Kropotkin se sustenta na pesquisa sobre a vida de diversas espécies de animais e da humanidade de forma geral ressaltando a cooperação como fator que se sobrepõe a competição. O mutualismo e a solidariedade recíproca teria sido a principal arma pela

vida, seja pelos animais, seja pelo homem, diferentemente do que defendeu Darwin. Em tempos de pandemia, podemos observar muitos casos de ajuda mútua, e de solidariedade entre as pessoas. De mesma forma que podemos observar alguns Estados abandonando de forma camaleônica a plataforma liberal e adotando em alguma medida as ideias de Keynes.

O Estado liberal ou neoliberal já evidenciou mais de uma vez sua ineficácia e o Coronavírus apenas expõe o estado do mal-estar social que esta plataforma econômica promove: a falência do Estado da Itália em cuidar dos italianos, falência do Estado da Espanha em cuidar dos espanhóis, falência do Estado dos EUA em cuidar dos estadunidenses, a falência da Inglaterra em cuidar dos ingleses e falência do Estado do Brasil em cuidar dos brasileiros dentre muitos outros exemplos. Obvio que o surgimento de um novo vírus arrasador não é culpa de um Estado, mas cortar verba e investir pouco em ciência o é. Colocar a saúde pública em colapso e não investir em hospitais de forma a garantir leitos suficientes ou respiradores o é. Não prover igualdade social para manter uma população minimamente saudável o é. Promover um estado do mal-estar social o é. Talvez já seja tarde para retomar ideias de Keynes e seja a hora de um sistema econômico mais justo e igualitário em todos os aspectos.

Bibliografia

HOBBS, Thomas (1983). *Leviatã: Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Abril Cultural.

KEYNES, John Maynard, (1936). *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Palgrave Macmillan.

KROPOTKIN, Piotr (2009). *Ajuda Mútua: um fator de evolução*. A senhora editora.

KROPOTKIN, Piotr (2005). *Palavras de um Revoltado*. São Paulo: Editora Imaginário.

LOCKE, John (2014). *Segundo Tratado sobre o Governo*. Edipro.

MORAES, Wallace dos Santos (2008) Estado mínimo contra a fase camaleônica do estado capitalista: um estudo da teoria neoliberal de Robert Nozick. Curso de Ciência Política - Grandes Autores.

SANTANA, Guilherme e MAGALHÃES; Juan (2019) Por uma teoria das ruas: uma análise de um mundo me chama. Revista Estudos libertários.

SMITH, Adam (2017) A Riqueza das nações. Nova Fronteira.